

O CONCEITO DE LÍNGUA INDÍGENA NO BRASIL, I: OS PRIMEIROS CEM ANOS (1550-1650) NA COSTA LESTE*

Aryon D. Rodrigues
Universidade de Brasília

RESUMO: Este texto apresenta a história das primeiras descrições lingüísticas feitas no Brasil no século XVI e XVII, procurando compreender as atitudes e idéias lingüísticas da primeira fase do encontro dos europeus com as línguas indígenas do Brasil. Destacam-se nesta história, como lingüistas enquanto estudiosos do Tupinambá, Anchieta no século XVI e Luís Figueira no século XVII. A escassez de estudos sobre línguas indígenas do Brasil nesse momento indica para a conclusão de que havia um desinteresse pelo conhecimento refletido tanto sobre estas línguas, quanto sobre os povos indígenas.

1. A Experiência Lingüística dos Portugueses no Início do Século XVI

DE SUAS vicissitudes em seu próprio território, nas últimas décadas do século XV, os portugueses traziam uma experiência de contacto em diferentes graus com algumas línguas diversas da sua própria: o árabe, o espanhol, o provençal, o italiano, o francês, o latim, o grego, o hebraico, uma ou outra língua africana da Costa da Guiné. No caso do árabe e do espanhol haveria não só a experiência de ouvir essas línguas, mas também devia haver em Portugal muitas pessoas bilíngües em português e árabe e em português e espanhol. No caso do latim, a experiência de ouvir era mais geral, ainda que muito limitada (ouvir atos litúrgicos em latim), e o conhecimento efetivo da língua se limitava a alguns grupos profissionais, como os tabeliães, os juristas, os médicos, os sacerdotes. No caso do hebraico, então língua “morta” como o latim,

usada só no estudo da religião e na liturgia mosaica, seu conhecimento se restringia aos judeus e a alguns religiosos cristãos. Das línguas africanas a experiência seria mais de ouvi-las na boca dos não muito numerosos escravos cuja importação começara a meados do século XV com o apoio do Infante D. Henrique. Na sociedade portuguesa do início do século XVI havia, por isso, uma certa familiaridade com a existência de outras línguas, algumas mais semelhantes ao português, outras bem diversas. O aprendizado de uma segunda língua era uma opção em função do grupo social ao qual alguém pertencia ou do grupo profissional em que pretendia ingressar.

2. Os Portugueses no Brasil do Século XVI

Com o início da colonização do Brasil, analogamente ao que estaria ocorrendo em outras áreas novas para os europeus, onde os portugueses estavam iniciando efetiva colonização (e não apenas o estabelecimento de feitorias), como em Angola, estes se defrontaram com novas experiências lingüísticas, especialmente a de terem de aprender a língua de uma população majoritária, junto à qual eles formavam apenas pequena minoria, ignorante não só da língua, mas também dos usos e costumes e do próprio meio ambiente. Do ponto de vista lingüístico, era a situação inversa à dos escravos africanos introduzidos em Portugal, que aí tinham de aprender o português.

O momento histórico do início da colonização européia no Brasil coincidiu, na história dos povos ameríndios, com a fase final da expansão de alguns povos tupí-guaraní pela costa atlântica, especialmente os tupinambás, que no início do século XVI se estendiam quase ininterruptamente desde a fronteira dos atuais estados de São Paulo e Rio de Janeiro, até pelo menos o litoral do Ceará. Povos não tupí-guaraní que ainda resistiam aos tupinambás em vários pontos da costa tinham se tornado minoritários e como tais os (re)conheceram os portugueses. Estes se aplicaram, por isso, a procurar conviver com os tupinambás e a aprender a língua destes, que tinha então a virtude de permitir a comunicação em quase toda a grande extensão da costa do Brasil. Conviveram também desde os primeiros momentos da colonização (isto é, desde o desembarque em 1532 dos colonos trazidos por Martim Afonso de Sousa), com os tupís de São Vicente, cuja língua quase nada diferia da dos tupinambás, e que

ocupavam o atual litoral paulista e, para o interior, alto rio Tietê. Também os franceses, que freqüentaram a costa brasileira no século XVI e no início do século XVII, se interessaram em aliar-se aos tupinambás e a aprender a língua destes, sem dar maior atenção às demais línguas.

3. A Diversidade Lingüística

O número de línguas minoritárias que vizinhavam com o tupinambá na porção do Brasil oriental alcançada pelos europeus no século XVI era muito grande. O Pe. Fernão Cardim ([1587]1978), a quem devemos ter-se preocupado em enumerar os povos diferentes dos tupinambá que se estendiam do rio São Francisco, ao norte, até o Rio de Janeiro, indicando quais compartilhavam uma mesma língua e quais tinham línguas diferentes entre si, fez uma lista de 76 povos (nações, em sua terminologia), entre os quais havia 68 línguas (Rodrigues 1993:90). Essa enumeração por Cardim é a única manifestação de interesse geral por essas línguas chegada a nós. Das línguas que figuram na relação de Cardim, só a língua karirí foi documentada por missionários no fim do século XVII e começo do XVIII (Mamiani 1698, 1699; Nantes, 1709). O Pe. José de Anchieta e o Pe. Manuel Viegas trabalharam juntos na análise da língua dos índios maromomi e Viegas compôs um vocabulário e um catecismo nessa língua (Viotti 1980: 169-176), a qual não consta da relação de Cardim (pelo menos não sob esse nome ou qualquer de suas variantes ou sinônimos conhecidos, como maromemim, marumimi, guarumimim, guarulho), mas que talvez fosse parente da língua dos Guaytacá (Waytaká, Goitacazes) daquela lista. Esta mesma língua foi aprendida também por um irmão da Companhia de Jesus, o alemão Pero de Gouveia, também aprendeu a língua tupinambá (Viotti 1980: 175).

4. A Aprendizagem da Língua Tupinambá

A maior parte dos portugueses que vieram viver no Brasil no século XVI aprendeu, bem ou mal, a língua tupinambá, conforme o testemunho do Pe. Fernão Cardim (1587):

“...porem dos Portuguezes, quasi todos os que vêm do Reino e estão

cá de assento e comunicação com os Índios a [língua principal dos índios da costa] sabem em breve tempo, e os filhos dos Portuguezes cá nascidos a sabem melhor que os Portuguezes, assim homens como mulheres, principalmente na Capitania de São Vicente” (Cardim [1587]1978: 121).

As informações mais detalhadas que temos sobre quem aprendia e quem não aprendia o tupinambá são as que dão os jesuítas em suas cartas e informações. Como seria de esperar-se com qualquer outra língua em qualquer outra parte, alguns a aprendiam muito bem, ao passo que outros não conseguiam dominá-la. Vejamos alguns depoimentos:

“Nesta capitania achei um homem de boas partes antigo na terra, e tinha dom de escrever a lingua dos Índios, (...)” (Pe. João de Azpilcueta Navarro, carta da Cidade do Salvador, 1551, in Azpilcueta Navarro e outros, [1931]1988: 97).

“ e elle [Pe. Luís da Grã] he o mestre della pola saber entender e explicar suas regras melhor que todos, posto que sejam mui boas linguas” (pe. Ruy Pereira, carta da Bahia, 15/9/1560, in Azpilcueta Navarro e outros [1931]1988: 296).

“Haverá nesta aldêa passante de mil almas; nella reside o padre Gaspar Lourenço ou para melhor dizer, um Cicero na lingua brasilica; é seu companheiro o padre Balthazar Alvares o qual tem este anno muito aproveitado na lingua brasilica, e a apanhou melhor que todos os seus companheiros.” (Pe. Antonio Blasquez, carta da Bahia, 30/5/1564, in Azpilcueta Navarro e outros, [1931]1988: 433).

“Ouvi tambem algumas confissões da gente branca, porque não fui merecedor de saber a lingua dos Índios, ainda que andei nas aldêas perto de dous annos com grandes desejos de a saber, e porventura que pus nisso algum trabalho.” (Pe. Jorge Rodrigues, carta de Ilhéus, 21/8/1565, in Azpilcueta Navarro e outros, [1931]1988: 493).

“[O Pe. Diogo Jacome] estudou alguns anos gramatica com muita deligência e trabalho, posto que pouco ajudado de engenho e memória, para poder ser sacerdote e ajudar os Índios. posto que neste estudo trabalhou muito, contudo muito mais trabalhava por

saber a língua da terra, e assim soube dela o que bastava para ensinar os Índios e aparelhá-los para o batismo e ouvir suas confissões". (Anchieta 1988: 489).

"E com isso [o Pe. Gregorio Serrão] estudava latim com toda a diligência sem faltar em nada e a língua do Brasil, a qual soube de maneira que podia ensinar a doutrina, instruir para batizar, confessar, e ainda prègar." (Anchieta 1988: 496).

Os que não aprendiam, ou ainda não tinham aprendido a língua, dependiam de intérpretes para sua comunicação com os indígenas. Os primeiros intérpretes foram os que primeiro chegaram e ficaram convivendo quase exclusivamente com os tupinambás ou com os tupís. Já em agosto de 1531, quando a primeira expedição colonizadora, chefiada por Martim Afonso de Souza, chegou a Cananéia, no litoral sul, encontrou um bacharel português e um Francisco de Chaves e mais 5 ou 6 castelhanos. O irmão de Martim Afonso, Pero Lopes, assim registrou em seu diário de navegação.

"Este bacharel havia 30 annos que estava degradado nesta terra, e o Francisco de Chaves era mui lingua desta terra." (Sousa, 1964: 40).

Ser "grande língua" era, no século XVI, ser grande conhecedor de uma língua estrangeira e bom intérprete ou tradutor dela.

Quando os primeiros missionários jesuítas chegaram ao Brasil, em 1549, imediatamente se pôs para eles a necessidade de intérpretes. Em 1551 informou da Bahia o Pe. Azpilcueta Navarro:

"...estive tres ou quatro meses em Porto Seguro, onde me mandou o padre Nobrega. (...) Nesta capitania achei um homem de boas partes antigo na terra e tinha o dom de escrever a lingua dos Indios, que foi para mim grande consolação, e assim o mais do tempo gastava em dar sermões do Testamento Velho e Novo, e Mandamentos, Peccados mortaes e Artigos da Fé e Obras de Misericordia, etc., para me tornar em a lingua da terra." (Azpilcueta Navarro e outros, [1931]1988: 97).

Em agosto do mesmo ano escreveu de Pernambuco o Pe. Antonio Pires:

“Primeiramente sabereis que o padre Nobrega chegou á Bahia de visitar e correr as capitánias, e logo ordenou que o padre Navarro fosse ao Porto Seguro a trasladar as orações e sermões em lingua da terra com alguns interpretes que para isso havia mui bons, as quaes trasladou mui bem, e é muito para dar graças a Nosso Senhor vel-o pregar muita parte do Velho Testamento e Novo, e outros sermões do Juizo, Inferno, Gloria, etc., em que a todos nós leva a vantagem; e nisto temos todos muita falta em carecer da lingua e não saber declarar aos Indios o que queremos, por falta de interpretes que o saibam explicar e dizer como desejamos.” (In Azpilcueta Navarro e outros, [1931]1988: 101-102).

Mais adiante, na mesma correspondência, refere-se a si mesmo o Pe. Pires, como usuário dos traslados ou traduções:

“O padre Nobrega me tem feito cá pregador, pois que vós, Irmãos meus, tarrdais tanto. Trouxe as orações e alguns sermões escritos nesta lingua. Espero agora de me exercitar nelles.” (108).

Anchieta (1988: 494-495) confirmou que Pires “não soube a lingua da terra” e que se serviu de intérpretes para a doutrina e as confissões. Situação análoga registrou ele para o Pe. Manuel de Paiva:

“Trabalhou por saber a lingua dos Indios, mas não chegou a mais que a saber ensinar a doutrina por escrito, ajudando os naturais por intérprete com práticas e confissões com muito zêlo”. (Anchieta 1988: 491).

A prática de Nóbrega de estimular, nos primeiros tempos, o emprego de intérpretes, que se reflete nos testemunhos de Azpilcueta Navarro e de Pires, transparece também nas notas biográficas de Anchieta sobre aquele primeiro superior dos jesuítas no Brasil:

“Como os Padres sacerdotes não sabiam a lingua da terra, serviam os Irmãos de intérpretes para as doutrinas e prègações e confissões, ainda dos mestiços, mulheres e filhos dos Portugueses, principalmente nas confissões gerais, para melhor se darem a entender e ficarem satisfeitos.” (Anchieta 1988: 484).

E do próprio Nóbrega como sacerdote informou Anchieta:

“... ouvindo juntamente suas confissões e remediando a todos; e as de suas mulheres, filhos, escravos e Indios livres ouvia por intérprete, enquanto os Irmãos línguas não eram sacerdotes.” (Anchieta 1988: 482).

O próprio Azpilcueta Navarro, entretanto, foi o primeiro jesuíta a aprender a língua indígena, fato que o Pe. Manoel da Nobrega, já em agosto de 1549, supunha dever-se a alguma semelhança desta com o basco, que o missionário tinha por língua materna:

“já sabe a lingua delles, que, ao que parece muito se conforma com a biscãinha, de modo que com elles se entende, e a todos nos leva vantagem” (Nóbrega 1886: 65).

5. Língua Aprendida: Língua Fácil, Língua Boa

Uma vez aprendida esta língua, passou ela a ser considerada fácil, ao contrário das demais, que por não serem compreendidas, foram tidas por difíceis e seus falantes por mais selvagens. O mesmo Pe. Azpilcueta Navarro, primeiro dos jesuítas a aprender o tupinambá, assim se referiu em 1555 a um povo tapuia, isto é, não aparentado aos tupinambás e de outra língua:

“...uns Indios que chamam Tapuzas, que é uma geração de Indios bestial e feroz; porque andam pelos bosques como manadas de veados, nós, com os cabellos compridos como mulheres: a sua falla é mui barbara e elles mui carniceiros e trazem frechas e ervadas e dão cabo de um homem n’um momento.” (Azpilcueta Navarro in Azpilcueta Navarro e outros, Cartas Avulsas [1931]1988: 174).

O Pe. Cardim, melhor observador e menos apaixonado que Azpilcueta, depois de enumerar 76 povos diferentes dos tupinambás e de diferentes línguas, disse o seguinte:

“Todas estas setenta e seis nações de Tapuyas, que têm as mais dellas diferentes linguas, são gente brava, silvestre e indomita, são contrarias quasi todas do gentio que vive na costa do mar, vizinhos dos Portuquezes: somente certo genero de Tapuyas que vivem no Rio São Francisco, e outros que vivem mais perto são

amigos dos Portuguezes (...); com os mais tapuyas não se pode fazer conversão, por serem muito andejos e terem muitas e diferentes linguas difficultosas.” (Cardim [1587]1978: 127).

O Pe. José de Anchieta, autor da primeira gramática do tupinambá (Anchieta 1595), disse em uma informação de 1585 sobre o Brasil:

“Os Indios desta provincia são innumeraveis pella terra a dentro, de varias nações, e costumes, e linguagem e muitos delles são como selvagens e não se lhes pôde entender a lingua...” (Cartas, informações..., 441).

Mas o próprio Anchieta colaborou com o Pe. Manuel Viegas na descrição de outra língua, a dos índios maromomis, também chamados guayanás e guarulhos, colaboração de que resultou uma gramática e um dicionário, além de um catecismo traduzido para essa língua pelo Pe. Viegas (Viotti 1980: 169-177), documentos esses que, infelizmente, estão desaparecidos.

Uma vez familiarizados com a língua tupinambá, que então passou a ser chamada de *língua brasílica*, houve ocasião de estimá-la positivamente, como vemos nos seguintes testemunhos de leigos e de religiosos, que se reproduzem durante meio século:

“Esta [língua] de que trato, que he geral pela costa, he mui branda, e a qualquer nação facil de tomar.” (Pedro de Magalhães Gândavo, [1576]1964: 54).

“sua lingua é delicada, copiosa e elegante, tem muitas composições e sincopas mais que os Gregos, os nomes são todos indeclinaveis, e os verbos têm suas conjugações e tempos. Na pronunciação são subteis, falam baixo e parece que não se entendem, e tudo ouvem e penetram; em sua pronunciação não põem F, L, S, Z, e RR, nem põem muta com liquida, como Bra, Craze.

“Fazem muito caso entre si, como os Romanos, de bons linguas e um bom lingua acaba com eles quanto quer e lhes chamam senhores da fala e lhes faz nas guerras que matem e não matem e que vão a uma parte e a outra, e é senhor de vida e morte e ouvem-no toda uma noite e ás vezes tambem o dia sem dormir nem comer e pára experimentar se é bom lingua e eloquente, se põem muitos

com ele toda uma noite para o vencer e cansar, e se não o fazem, o têm por grande homem e lingua.

“por isso ha prègadores entre eles muito estimados que os exortam a guerrear, matar homens e fazer outras façanhas desta arte” (José de Anchieta, [1585]1988: 441).

“Têm muita graça quando falam, mormente as mulheres; são mui compendiosas na forma da linguagem e muito copiosos no seu orar.” (Gabriel Soares de Sousa, [1587]1987: 302).

“é fácil, e elegante, e suave, e copiosa, a difficuldade della está em ter muitas composições” (Pe. Fernão Cardim, [1587]1978: 121).

“Além disso, ordenou [o Pe. Luís da Grã, superior do Colégio da Bahia] em casa que houvesse cada dia uma hora de lição da língua brasilica, que cá chamamos grego.” (Pe. Ruy Pereira, 1560, in Azpilcueta Navarro e outros [1931]1988: 296).

“(…) hua lingua suave si, & elegante, mas estranha, & copiosa.” (Pe. Luís Figueira [1621]1687: 2a pg não numerada).

Dentre essas avaliações positivas da língua tupinambá destaca-se a de Anchieta, por ter sido a mais explícita e informativa, mas também por ter fornecido os termos valorativos que reapareceram em Cardim e em Figueira. Note-se a informação sucinta mas objetiva que dá sobre as duas principais classes de palavras da língua: “os nomes são todos indeclináveis e os verbos têm suas conjugações e tempos”. Também é simples e objetiva a informação sobre os fonemas do português e as sílabas complexas que não existiam em tupinambá. É a mesma simplicidade, ou naturalidade, com que em sua gramática (Anchieta 1595) descreveu os fenômenos lingüísticos próprios do tupinambá e que divergiam consideravelmente dos correspondentes nas línguas clássicas e nas românicas (cf. Rodrigues 1996).

6. A Perversão do Conhecimento Lingüístico

Em contraste com a naturalidade e objetividade de Anchieta, vários autores procuraram explorar preconceituosamente a inexistência de

certos fonemas do português na língua indígena em detrimento de seus falantes. O primeiro deles foi Gândavo, que em seu *Tratado da Terra do Brasil*, escrito antes de 1573, declarou:

“A lingua deste gentio toda pela Costa he huma: carece de tres letras - scilicet, não se acha nella F, nem L, nem R, cousa digna de espanto, porque assi não têm Fé, nem Lei, nem Rei; e desta maneira vivem sem Justiça e desordenadamente.” (Gândavo 1964: 87).

Na *História da Província de Santa Cruz*, publicada em 1576, repetiu Gândavo o mesmo argumento, com ligeira variação:

“...; carece de tres letras, convem a saber, nem se acha nella F, nem L, nem R, cousa digna de espanto porque assi não têm Fé, nem Lei, nem Rei, e desta maneria vivem desordenadamente sem terem alem disto conta, nem peso, nem medida.” (Gândavo 1964: 54).

Mais extensa e perversamente explorou Gabriel Soares de Sousa esse argumento, que tinha tudo para tornar-se o sofisma predileto dos senhores de terras e de escravos índios, como ele:

“mas faltam-lhes três letras das do ABC, que são F, L, R grande ou dobrado, coisa muito para se notar; porque, se não têm F, é porque não têm fé em nenhuma coisa que adorem; nem os nascidos entre os cristãos e doutrinados pelos padres da Comanhia têm fé em Deus Nosso Senhor, nem têm verdade, nem lealdade a nenhuma pessoa que lhes faça bem. E se não têm L na sua pronunçiação, é porque não têm lei alguma que guardar, nem preceitos para se governarem; e cada um faz lei a seu modo, e ao som da sua vontade; sem haver entre eles leis com que se governem, nem têm leis uns com os outros. E se não têm esta letra R na sua pronunçiação, é porque não têm rei que os reja, e a quem obedeçam, nem obedecem a ninguém, nem ao pai o filho, nem o filho ao pai [sic], e cada um vive ao som da sua vontade” (Sousa [1587]1987: 302).

É claro que aqui não se trata de conceitos inadequados sobre a língua ou sobre aspectos dela, mas certamente da exploração bem calculada de falsas coincidências que, retoricamente bem vestidas, podiam impressionar muita gente em desfavor dos índios. Note-se a

preocupação que teve Gabriel Soares de desqualificar, em matéria de fé e lealdade, até “os nascidos entre cristãos e doutrinados pelos padres da Companhia”, insinuando que nenhum índio merecia que lhes fizessem bem. Trata-se, portanto, de um discurso sobre a língua voltado essencialmente para a justificação da exploração colonial dos indígenas, inclusive daqueles que viviam nas missões dos jesuítas.

7. O Conhecimento Lingüístico Objetivo

Enquanto quase todos os que aprenderam o tupinambá ou o tupí no século XVI ou na primeira metade do século XVII fizeram-no de uma maneira inteiramente prática, no intercuro com os falantes nativos, poucos foram os que praticaram uma reflexão sobre a organização da mesma e a expuseram por escrito. Entre os portugueses, só dois missionários jesuítas se dedicaram a descrever o tupinambá, distanciados entre si em mais de 60 anos, o canário José de Anchieta por volta de 1555 e o português Luís Figueira por 1620. Entre os franceses, Jean de Léry, que esteve no Rio de Janeiro durante o ano de 1555, publicou observações sobre alguns aspectos da mesma língua, mais detidamente sobre a expressão de pessoa e tempo nos verbos. Devido à perda do manuscrito de Léry, reencontrado e devolvido a ele depois de passados vinte anos de sua viagem, seu livro foi publicado só em 1578. Assim mesmo, constituiu a primeira publicação sobre a língua tupinambá, pois a gramática de Anchieta só veio a ser publicada em 1595, quase quarenta anos depois de escrita sua primeira versão. A gramática do Pe. Figueira foi impressa pela primeira vez em 1621, mas a edição foi destruída acidentalmente e nova impressão só foi feita 66 anos depois, em 1687.

Tanto Léry, nas poucas observações que fez, como Anchieta e Figueira em suas “artes de gramática”, foram de grande objetividade no exame dos fenômenos lingüísticos que encontraram e que procuraram descrever. A postura dos três diante da nova língua não foi especulativa, mas essencialmente descritivista. Anchieta apresenta os fatos com toda naturalidade, sem nada estranhar. Figueira, prevenindo o estranhamento do leitor diante de um certo fenômeno, lembra que coisas comparavelmente estranhas podem ocorrer até na “elegantíssima” língua grega (Figueira 1687: 99). Léry, ou o seu erudito intérprete, procura associar fatos do tupinambá com os correspondentes

do grego (por exemplo, o dual, Léry 1580: 319) ou do latim (por exemplo, o caso ablativo, Léry 1580: 315) e, a respeito de um detalhe fonético, lembra as letras hebraicas chamadas de guturais (Léry 1580: 132). Anchieta se destacou pela capacidade de observar e descrever detalhes, tanto em fonologia como em gramática, e pelo grau de economia descritiva que atingiu, qualidades que nós linguistas valorizamos muito, mas que, como se verá adiante, não puderam ser igualmente apreciadas por seus contemporâneos. Sua gramática, muito antes de publicada, já em 1560, passou a ser utilizada nas aulas diárias do Colégio da Bahia instituídas pelo Pe. Luís da Grã, o qual, segundo informação do Pe. Ruy Pereira, que acima transcrevemos, era o mestre, “pol-a saber entender e explicar suas regras melhor que todos”.

Embora o aparato conceptual e terminológico disponível para descrever fenômenos lingüísticos nos séculos XVI e XVII fosse o das gramáticas clássicas do latim e do grego, Anchieta soube lançar mão dele na medida estritamente necessária para a língua que descrevia, sem deixar embarçar-se por uma suposta universalidade das categorias gregas e latinas. Assim é que, por exemplo, inicia o tratamento dos nomes declarando que estes “não têm casos nem números distintos”, e nisto se distingue nitidamente da postura que anos mais tarde seria adotada por Antonio Ruiz de Montoya na descrição do guaraní antigo, língua que nesse particular em nada diferia do tupinambá. Ruiz de Montoya (1640:2) intitulou seu primeiro capítulo “Declinación de los nombres” e nele apresentou um paradigma com os seis casos da gramática latina, construído com os sintagmas que em guaraní servem para traduzir as formas casuais do latim.

Da mesma forma como abandonou categorias morfológicas inexistentes na língua que descrevia, Anchieta reconheceu, descreveu e denominou categorias que só nela encontrou. Assim, para os verbos, apresentou dois paradigmas paralelos, a conjugação afirmativa e a conjugação negativa (Anchieta 1595: 17v e ss.), pois em tupinambá a negação tem expressão morfológica na palavra verbal. O mesmo vale para a distinção de tempo nos nomes (“Em todos os nomes ha praeterito...& futuro...”, Anchieta 1595:33) e para muitas outras particularidades da gramática do tupinambá. Também soube redefinir os termos técnicos disponíveis para descrever novos fatos estruturais, como ao introduzir a palavra *artículo* para os prefixos pessoais do verbo, pois não podia servir-se de *desinência*, visto que a flexão de pessoa em

tupinambá se dá no início do verbo e não no final, como nas línguas clássicas e nas românicas. Com respeito à terminologia, convém mencionar que Anchieta foi o primeiro autor a empregar na língua portuguesa um grande número de termos técnicos da descrição lingüística, boa parte dos quais são tidos pelos historiadores do léxico português (A. G. Cunha 1982, J. P. Machado 1987) como entrados na língua só muito depois, vários deles só no século XIX. Os termos de Anchieta são aportuguesamentos do latim e do grego, de acordo, portanto, com a tradição que veio a prevalecer na gramática portuguesa. A maioria deles, entretanto, não foi empregada pelo primeiro gramático português Fernão de Oliveira (1536), que freqüentemente utilizou expressões descritivas portuguesas para os fatos que discutiu, e muitos deles também não foram empregados pelos demais gramáticos da língua portuguesa, senão nos séculos seguintes. Os termos técnicos lingüísticos introduzidos no português por Anchieta incluem os seguintes: *contrato* (contraído) *penúltimo*, *monossílabo*, *dissílabo*, *trissílabo*, *polissílabo*, *ípsilon*, *iota subscrito*, *cremento*, *vocativo*, *instrumental*, *posposição*, *numeral*, *ordinal*, *comparativo*, *presente*, *pretérito*, *conjuntivo*, *concessivo*, *permissivo*, *potencial*, *optativo*, *dubitativo*, *freqüentativo*, *supino*, *negativo*, *interrogativo*.

8. A Rejeição de Anchieta

A gramática tupinambá de Luís Figueira, impressa pela primeira vez em 1621, teve por objetivo fornecer aos missionários uma obra mais clara que a de Anchieta. No parecer que deu favorável à publicação, datado de 9 de dezembro de 1620, o Pe. Manoel Cardoso disse o seguinte:

"& se deve ao P. Luis Figueira muito agradecimento, por facilitar com seu trabalho, o muito, que os que aprendem esta lingua Brasilica costumaõ ter: naõ obstante a arte do P. Joseph Anchieta, que por ser o primeiro parto ficou muy diminuta, & confusa, como todos experimentamos" (apud figueira 1687, 1a. pg. não numerada).

Por aí se vê que vinte e cinco anos após a publicação da gramática de Anchieta era esta considerada pelos próprios jesuítas como

inadequada para o aprendizado da língua. Não é que a língua tivesse mudado, pois que tudo o que descreve figueira é essencialmente o mesmo que havia descrito Anchieta. A diferença entre as duas gramáticas está na maior clareza do texto de figueira, clareza obtida não só por um estilo expositivo menos sintético que o de Anchieta e mais livre de expressões latinas, com as quais este parecia comprazer-se (e boa parte dos irmãos da Companhia de Jesus no Brasil não aprendia latim), mas também pela abstenção de explicar certos detalhes, “por evitar confusão” (Figueira 1687: 3, 92). O que é mais impressionante, entretanto, é a atitude do próprio Figueira com respeito à gramática de seu predecessor: ele simplesmente ostenta ignorá-la. Começa seu “Prólogo ao Leitor” escrevendo:

“Não he facil, pio leitor, aos que aprendem alguma lingua estrangeira, de idade já crecida, alcançar todos os segredos, & delicadezas della; principalmente naõ avendo arte, nem mestres, que por arte a ensinem. E por estas razoes se podem desculpar as faltas, que nesta obrasinha se acharem.” (Figueira 1687, 3a. pg. não numerada).

Essa estranha declaração nos lembra o fato de João de Barros ter escrito, em 1540, que fazia a primeira gramática do português, embora quatro anos antes tivesse sido publicada a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira, que, aliás, havia sido professor de seus filhos. Há quem procure justificar Barros, alvitando que para este a obra de Oliveira não seria “um compêndio gramatical sistemático e segundo o esquema tradicional transmitido pelos gramáticos latinos” (Buescu 1975: 18-20).

9. Da Experiência Prática para a Análise da Língua

Anchieta pouco disse sobre como passou do aprendizado prático da língua para a análise mesma. Com um ano e meio de Brasil e pouco mais de um ano de residência em São Vicente e Piratininga, em março de 1555, considerava-se um tanto adiantado em sua prática e acreditava ter já uma idéia de sua organização:

“Quanto à língua, eu estou nela algum tanto adiante, ainda que é muiño pouco para o que soubera, se me não ocuparam em ensinar

gramática. Todavia tenho toda a maneira dela por arte, e para mim tenho entendido quase todo o modo dela. Não a ponho em arte, porque não há a quem aproveite. Somente aproveito-me eu dela, e aprofetar-se-ão os que de lá vierem, que souberem gramática.” (Anchieta 1984: 86).

Como vimos anteriormente, cinco anos depois já a tinha posto em arte, isto é, já tinha escrito a gramática, e esta tinha sido levada pelo Pe. Luís da Grã para o ensino da língua no Colégio da Bahia.

Luís Figueira, reafirmando a surpreendente ignorância da gramática de Anchieta, afirmou mais o seguinte no já referido “Prólogo ao Leitor”:

“ O gosto, & desejo, que sempre tive de saber esta lingua, pera ajudar a estes pobres Brasis; & a falta, que avia de arte, pera ella se aprender, me abrigâraõ a querella saber, & aprender de raiz por fundamentos, & regras, que busquei, consultandoas, & dandoas a examinar a Indios naturaes, & a Padres grandes linguas, nascidos, & criados entre os mesmos Indios do Brasil.” (Figueira 1687, 3a. pg não numerada).

Também Jean de Léry revela que, querendo aprender a língua tupinambá, escrevia sentenças e depois as lia diante dos índios:

“...quand du commencement que ie fus en leur pays pour appprendre leur langage, i' escriuois quelques sentences leur lisant puis apres deuant, eux estimans que cela fust vne sorcelerie, disoyent l'vn à l'autre: N'est-ce pas merueille que cestuy-cy qui n'eust sceu dire hier mot en nostre langue, en vertu de ce papier qu'il tient, & qui le fait ainsi parler, soit maintenant entendu de nous?” (Léry 1580: 232).

É claro que esses são procedimentos de bom senso para quem já sabe escrever numa língua, dos quais devem ter lançado mão não apenas os que publicaram sobre as línguas, mas muitos outros que as aprenderam sem nada publicar, e certamente aquele “homem antigo na terra”, de que Azpilcueta Navarro se serviu como tradutor, não foi o único que teve “o dom de escrever a língua dos índios”, mas muitos portugueses e franceses devem ter tomado suas próprias notas, seja na fase da aprendizagem, seja depois que já dominavam a nova língua. Nesse sentido se exprimiu o Pe. Antônio d'Araújo em 1618:

“Pera que esta lingoa se aprenda, he muy importante a communicação com aquelles, cuja lingoa se ha de aprender, escreverse nella, o que pòde ajudar pera se alcançar, & perfeiçoar sua sicencia...” (Araújo 1618, 15a. pg. não numerada).

O mesmo padre, que foi o revisor e editor do *Catecismo na Língua Brasileira*, deixou claro, também, que a arte de gramática devia ser usada para aperfeiçoar o que se aprendesse diretamente com os índios:

“Perá a Companhia desta Povincia corresponder ao segundo [requisito para aprender a língua] de dar por escrito, o que julgou podia ajudar pera esta lingoa se saber, ja contribuiu com este meyo, quando na era de 1595 fez imprimir a arte da lingoa, com a qual seus filhos podessem perfeiçoar o que com o uso da communicação com os Indios fossem aprendendo.” (Araújo 1618, 15a.-16a. pg. não numerada).

10. Sumário do Primeiro Século

O que foi apresentado acima, antes um mosaico de testemunhos que qualquer argumentação, deve contribuir para a melhor compreensão das atitudes e idéias lingüísticas que prevaleceram na primeira fase do encontro dos europeus com as línguas indígenas no Brasil. A delimitação desta contribuição ao Brasil oriental nos primeiros cem anos tem várias justificativas, entre as quais a de que o panorama lingüístico nesta área mudou substancialmente ao longo e ao cabo desse período, com a redução drástica da população originalmente majoritária que falava a “língua da terra” e com o concomitante crescimento da população européia, e a de que a colonização portuguesa no norte do Brasil só se iniciou já entrado o século XVII, num novo processo quase independente do Brasil leste.

Os testemunhos mostram que prevaleceu, tanto da parte dos portugueses, como da dos franceses, uma atitude bastante realista diante da língua indígena majoritária na costa em que uns e outros vieram estabelecer-se: a de que era necessário aprender essa língua para conviver com os índios (seja para, por seu intermédio, poder explorar os recursos naturais, seja para explorá-los a eles mesmos, como força de trabalho escrava, seja, ainda, para tentar impor-lhes a fé e a

moral européias e convertê-los em sujeitos da Igreja e do rei de Portugal). Essa atitude, eminentemente pragmática, só excepcionalmente abriu caminho para ensaios de análise e descrição, estes mesmos empreendidos como meios para facilitar a aprendizagem prática. Não houve indagações especulativas sobre as relações entre o tupinambá e as línguas do Velho Mundo, nem entre aquele e as tão numerosas línguas dos outros índios.

Entre os missionários jesuítas, os únicos religiosos que no Brasil oriental do século XVI e início do XVII se dedicaram à catequese dos indígenas (com ressalva da breve atuação catequética de missionários da Igreja Reformada holandesa no Nordeste, entre 1630 e 1654, cf. Schalwijk 1989), só dois, um no século XVI e outro no XVII, produziram análise e descrição das línguas encontradas. O primeiro destes, Anchieta, demonstrou grande objetividade e perspicácia na percepção e exposição da fonologia e da gramática do tupinambá, e ainda produziu uma descrição da língua maromomi, para a qual teve a colaboração de Manuel Viegas e que, infelizmente, parece ter-se perdido completamente, tal como o vocabulário e o catecismo feitos por Viegas. Mas Anchieta, como lingüista, foi figura única no Brasil do século XVI. O segundo dos jesuítas, Luís Figueira, revelou-se também excelente analista do mesmo tupinambá, ainda que sua gramática não possa ser considerada independente da de Anchieta, apesar da total originalidade que se pode supor a partir de seu prólogo. Também, como lingüista do tupinambá, foi figura única no século XVII.

A história das duas gramáticas do tupinambá, e também a quase desconhecida história da gramática do maromomi, apontam para algo que provavelmente tem a ver com uma atitude dominante no Brasil colonial e em Portugal com respeito às línguas indígenas. Trata-se do desinteresse geral pelo conhecimento refletido a propósito destas. Ainda que a motivação imediata para a produção das três únicas gramáticas produzidas nos primeiros cem anos aqui considerados tenha sido essencialmente de ordem prática, parece que os que as produziram tiveram que lutar contra o predominante desinteresse geral. Senão, como entender que a gramática tupinambá de Anchieta, embora tão necessária para facilitar o aprendizado dos próprios jesuítas, passou 35 anos sem ser publicada e que, apenas 25 anos após sua tardia publicação, era formalmente ignorada por quem fez a segunda gramática? E que esta mesma, impressa em 1621 e no mesmo ano

destruída num incêndio, tenha tardado 65 anos para ser de novo publicada e pela primeira vez tornada acessível aos missionários? E que nunca foi publicado o dicionário tupinambá composto pelos missionários? E que o Pe. Viegas, embora estimulado por Anchieta, sofreu grandes restrições para continuar trabalhando com os índios de língua maromomi, cuja gramática, vocabulário e catecismo acabaram perdendo-se? Durante o mesmo período aqui considerado (1550-1560) foram publicados no Peru cinco gramáticas e dois vocabulários de quêchua e duas gramáticas e um vocabulário de aimara e no Vice-Reino da Nova Espanha, que era só parte do México atual, em menos de cinquenta anos, entre 1524 e 1572, foram escritos pelos missionários mais de uma centena de trabalhos nas ou sobre as línguas indígenas (Suárez 1983: 2). Por estas comparações, vê-se que o desinteresse que observamos nos primeiros cem anos de contacto dos colonizadores com as línguas nativas do Brasil não foi um fenômeno comum a toda a colonização ibérica, mas foi mais específico da colonização portuguesa. É difícil deixar de associar esse desinteresse pelas línguas, que provavelmente espelha um generalizado desinteresse pelos povos indígenas, com outra característica negativa do processo colonizador lusitano, a que nos leva o estudo da situação lingüística do Brasil sob uma outra perspectiva: a comparação transcontinental da destruição de línguas e povos nas antigas colônias de Portugal e nas de outras nações européias: “o sistema colonial português foi particularmente letal para povos e línguas indígenas não só na América, mas também na África” (Rodrigues 1993: 93).

Quanto aos conceitos que os colonizadores portugueses chegaram a emitir sobre a língua tupinambá, dividiram-se estes em dois polos opostos. Enquanto alguns missionários, depois de conhecê-la e compreendê-la melhor, passaram a compará-la com as línguas clássicas, então consideradas o que havia de mais perfeito em matéria de língua, escritores leigos como Gândavo e Gabriel Soares de Sousa procuraram detrá-la com o fim de desqualificar o povo que a falava. Nas avaliações positivas do tupinambá uma propriedade deste que particularmente impressionou os observadores foi a variedade e produtividade de seus processos de composição, e esse foi sem dúvida um dos principais pontos de comparação com o grego, cuja plasticidade composicional não se encontrava no latim nem nas línguas românicas, mas agora se reencontrava nesta língua indígena. Outro ponto que certamente impressionou Anchieta e outros foi a complexa, mas muito regular, morfofonologia do tupinambá,

igualmente reminescente da rica morfofonologia do grego (“tem muitas composições e sincopas mais que os Gregos”, Anchieta [1585]1988: 441). Também a *copiosidade* da língua foi avaliada positivamente. Esta se referia provavelmente tanto ao léxico como à variedade de construções morfológicas e sintáticas, que devem ter impressionado os europeus sobretudo.

Notas

* Texto apresentado, no XI Encontro Nacional da ANPOLL, em junho de 1996.

BIBLIOGRAFIA

- ANCHIETA, J. de. (1595) *Arte de grammatica da lingoa mais usada na Costa do Brasil*. Coimbra.
- ANCHIETA, J. de (1984) *Cartas, correspondência ativa e passiva* (Obras completas, 6o. volume). São Paulo, Loyola.
- ANCHIETA, J. de (1988) *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. (2a. ed.). (Col. Reconquista do Brasil, 2a. série, vol. 149). Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP.
- AZPILCUETA NAVARRO e outros ([1931]1988) *Cartas avulsas*. (2a. ed.). (Col. Reconquista do Brasil, vol 148). Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP.
- BUESCU, M.L.C. (1975). “Introdução”, in Fernão de Oliveira, *A gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura actualizada e notas por M.L.C. Buescu. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- CARDIM, F. ([1587]1978) *Tratados da terra e gente do Brasil*. 3a. ed. (Brasiliana, vol. 168), São Paulo, Nacional.
- CUNHA, A. G. (1982) *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- FIGUEIRA, J. ([1621]1686) *Arte de grammatica da lingua brasilica*. Lisboa.
- GÂNDAVO, P. de M. (1964) 1. *História da Província de Santa Cruz*, 2. *Tratado da Terra do Brasil*. Cadernos de História, 2. São Paulo, Obelisco.
- MACHADO, J. P. (1987) *Dicionário etimológico da língua*

portuguesa com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados. 5 vols., Lisboa, Livros Horizonte.

- MAMIAMI, L. V.(1698) *Catecismo da doutrina cristã na lingua brasilica da nação Kiriri*. Lisboa.
- MAMIAMI, L. V. (1699) *Arte da grammatica da lingua brasilica da nação Kiriri*. Lisboa.
- NANTES, B. de (1708) *Katecismo indico da lingua Kariril*. Lisboa.
- NÓBREGA, M. da (1886) *Cartas do Brasil (1549-1560)*. Rio de Janeiro.
- RODRIGUES, A. D.(1993) “Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas”. *DELTA 9 (1)*: 83-103.
- RODRIGUES, A. D. (1996) “Descripción del tupinambá en el período colonial: el *Arte* de José de Anchieta”. Atas do Colóquio Internacional “La descripción de las lenguas amerindias en la época colonial”, Ibero-Amerikanisches Institut. Berlin.
- SCHALWIJK, F. L. (1987) *Igreja e Estado no Brasil Holandês, 1630-1654*. 2a. ed. São Paulo, Vida Nova.
- SOUSA, G. S. de (1987) *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 4a. ed. (Brasiliana, vol. 117). São Paulo, Nacional.
- SOUSA, P. L. de (1964) *Diário da navegação*. Cadernos de História, 6. São Paulo, Obelisco.
- SUÁREZ, J. A. (1983) *The Mesoamerican Indian Languages*. Cambridge Language Surveys. Cambridge, Cambridge University Press.
- VIOTTI, H. A. (1980) *Anchieta, o apóstolo do Brasil*. 2a. ed. São Paulo, Loyola.